

Demonstrações Financeiras

2012

Mensagem da Administração

Credibilidade e valor

Neste fechamento de 2012, temos a satisfação de constatar a coerência entre as realizações da empresa e a disciplina com que cumprimos a estratégia de crescimento traçada para a holding Aegee. Avançamos não apenas em presença no mercado de saneamento e em resultados expressivos nos negócios. Mantivemos o compromisso com a estratégia de liquidez, comprovamos o acerto na definição do nosso modelo de gestão, evoluímos significativamente em parcerias financeiras de longo prazo e alavancamos a trajetória de crescimento do nosso *pipeline*, com 60 prospecções em andamento.

Vistos em perspectiva, os fatos de 2012 reafirmam a visão que deu origem à Aegee há apenas três anos. Acreditamos que somente com a busca incansável da eficiência operacional e financeira e de credibilidade diante do mercado apressaremos a universalização de acesso aos serviços de água e esgoto para a população brasileira. A solução do gargalo do saneamento básico existente no Brasil passa necessariamente pela construção de uma empresa privada sólida e com liderança no setor. No último ano, ratificamos a estratégia de crescimento com a incorporação de aproximadamente 700 mil habitantes à nossa cobertura de serviços.

A expansão decorreu principalmente dos investimentos em novos mercados. Vencemos uma importante licitação para PPP - Parceria Público Privada no município de Piracicaba-SP, com o desafio de universalizar em dois anos o acesso ao serviço de tratamento de esgoto. Esta conquista é um exemplo de concretização de um Procedimento de Manifestação de Interesse-PMI com a vitória no processo licitatório, caminho de prospecção adotado pela Aegee, assim como o contrato de concessão do município de Porto Esperidião-MT.

Fizemos também a aquisição de 51% do projeto Nascentes do Xingu, para atender 16 cidades no interior no Mato Grosso, dando origem a um polo regional que refletirá em ganhos de imagem e valorização no Centro-Oeste e Norte do País.

Em 2012, avançamos em nosso propósito de adotar a sustentabilidade como padrão nos negócios e cumprimos as metas estabelecidas para ter uma sólida estrutura de governança corporativa. Reforçamos os investimentos na estratégia de crescimento, com uma dedicação intensa à construção de um sólido portfólio de projetos em desenvolvimento (*pipeline*) e à formação de pessoas para sustentar nossa expansão. Somadas à ampliação dos negócios, estas conquistas nos possibilitaram solidificar a geração de caixa da companhia e dar continuidade à estratégia de liquidez.

A disciplina com que a Aegee conduz estes movimentos foi percebida pelo mercado, como demonstra a elevação da classificação de risco de Águas Guariroba e Prolagos para 'A+' (bra) e a classificação 'A' (bra) para a holding, concedidas pela Fitch Ratings. A avaliação foi um marco de grande relevância para nossa trajetória.

A capacidade de conquistar parceiros de capital de longo prazo obteve aval de importância estratégica no mercado financeiro global. Concluímos, em 2012, a operação de empréstimo de R\$ 100 milhões com o Banco Mundial e seu braço de crédito, International Finance Corporation-IFC, que se tornou também acionista da Aegee.

Ao longo do ano, tivemos inúmeras oportunidades de testar nosso modelo de gestão e nossa capacidade de replicá-lo em concessões de diversos portes com a mesma eficiência operacional e financeira. Com estas iniciativas, desmistificamos a ideia da inviabilidade de operar de forma sustentável em pequenos e médios municípios, como os atendidos por Prolagos e Nascentes do Xingu, ou em regiões carentes de infraestrutura básica.

Em todos, seguimos a estratégia de aumentar rapidamente a cobertura do serviço, melhorar a sua qualidade e obter mais eficiência operacional para que a população perceba imediatamente os benefícios de nossa presença. Foram estas as capacidades observadas pelo IFC, um banco voltado para o combate à pobreza, ao decidir apoiar a Aegee como credor e acionista.

O amadurecimento dos negócios em 2012 também reflete o dinamismo da nossa estratégia de crescimento, que prevê uma Aegee três vezes maior em quatro anos. O mercado de saneamento no Brasil atrai capital do mundo todo e a companhia se posiciona para ser um dos veículos prioritários para esses investimentos, colaborando para resgatar a imensa dívida social representada pelo déficit no sistema de saneamento.

Nosso *pipeline* encerrou 2012 com 60 prospecções em andamento, com probabilidade de conversão para os próximos quatro anos. Entre os diferenciais que fortalecem a credibilidade de nossas ações de crescimento, temos um modelo de gestão eficiente para atender à universalização do saneamento, com diferentes metodologias de aplicação.

Nossa demanda por eficiência e crescimento tem como pilares os colaboradores treinados e motivados e o sistema de formação de pessoas. Em 2012, tivemos oportunidade de testar com sucesso este sistema, colocando nas novas operações os profissionais que formamos. A cultura de pessoas que já conseguimos criar para a Aegee recebeu um valioso reconhecimento. Águas Guariroba, uma das empresas da Aegee e maior operação privada* de saneamento básico do Brasil foi apontada como uma das melhores empresas para se trabalhar no Brasil, no *ranking* organizado pela revista Você S.A..

Esses ganhos são mais um passo para a empresa líder que estamos construindo. Os avanços demonstram a clareza de nossos objetivos e capacidades para levar adiante os desafios previstos para 2013, em que manteremos foco total no amadurecimento dos novos projetos e no fortalecimento e conversão do *pipeline*.

Agradeço a todos que contribuíram para o nosso desempenho, resultado do talento dedicado de nossos colaboradores e da confiança recebida pelos que nos acompanham - acionistas, clientes, autoridades e servidores públicos, financiadores e fornecedores.

Hamilton Amadeo
CEO

* De acordo com metodologia de classificação por receita bruta



Resultado Econômico-Financeiro

DRE (R\$ Mil)	2012	2011 Reapresentado	Δ %	2012 Proforma*
Receita Líquida	390.028	327.062	19,3%	406.570
Custos e Despesas	(207.284)	(188.763)	9,8%	(219.818)
Resultado Antes das Despesas Financeiras	182.744	138.299	32,1%	186.753
Despesas Financeiras Líquidas	(19.889)	(46.952)	-57,6%	(20.247)
Lucro Antes de Impostos	162.855	91.347	78,3%	166.505
Imposto de Renda e Contribuição Social	(64.091)	(21.534)	197,6%	(64.873)
Operações Descontinuadas	-	(1.084)	N/A	-
Lucro Líquido	98.764	68.729	43,7%	101.633

EBITDA (R\$ Mil)	2012	2011 Reapresentado	Δ %	2012 Proforma*
Depreciação e Amortização	22.436	31.070	-27,8%	22.637
EBITDA	205.180	169.369	21,1%	209.390
Resultados não Recorrentes	12.368	18.597	-33,5%	12.368
Desenvolvimento de Novos projetos	9.677	-	-	-
EBITDA Ajustado	227.225	187.966	20,9%	221.758
Margem EBITDA	52,6%	51,8%	-	51,5%
Margem EBITDA Ajustado	58,3%	57,5%	-	54,5%

Endividamento (R\$ Mil)	2012	2011 Reapresentado	Δ %	2012 Proforma*
(=) EBITDA	205.180	169.369	21,1%	209.390
Dívida Bruta	762.452	350.325	117,6%	762.452
Caixa e Disponibilidades	325.357	72.053	351,6%	325.357
Dívida Líquida	437.095	278.272	57,1%	437.095
Dívida Líquida/EBITDA	2,13	1,64	-	2,09

* Aegee 2012 + Nascentes do Xingu (51%)

Receitas de construção, CPC 17, não consideradas nos demonstrativos acima.

A Aegee apresentou uma evolução nos principais indicadores econômicos e financeiros em 2012 frente a 2011, resultado da contínua busca por melhoria no desempenho dos ativos. O ano de 2012 foi marcado por um forte crescimento na operação, através de aquisições e conquista de novos negócios e também pelo contínuo e robusto crescimento nas operações já existentes, Águas Guariroba e Prolagos. A Aegee fechou o ano de 2012 com uma Receita Líquida maior que R\$ 390 Milhões, representando um crescimento de 19,3% frente ao ano anterior. Neste número ainda não contamos com o resultado gerado pela aquisição de Nascentes do Xingu, o qual contribuiria para a elevação da Receita Líquida para R\$ 406,6 Milhões. O EBITDA terminou o ano em R\$ 205,2 Milhões e desconsiderando o efeito de custos não-recorrentes e o investimento em Desenvolvimento de Novos Negócios, atingiu R\$ 227,2 Milhões, uma elevação de 20% em comparação a 2011. O incremento de Receita e EBITDA resultou em um Lucro Líquido de R\$ 98,8 Milhões.

Destaque

- Assinatura do contrato de empréstimo de **R\$ 100 milhões** com o IFC e acordo de participação acionária
- Vitória no processo licitatório da concessionária Águas do Mirante, para serviço de coleta de tratamento de esgoto na cidade de Piracicaba-SP
- Aquisição de **51%** da concessionária Nascentes do Xingu, responsável pelos serviços de saneamento de **16** municípios no Mato Grosso
- Vitória no processo licitatório da concessionária Águas de Porto Esperidião, responsável pela concessão plena da cidade de Porto Esperidião-MT
- Classificação da Aegee pela agência Fitch Ratings em 'A' (bra) e elevação do *rating* das subsidiárias Águas Guariroba e Prolagos de A (bra) para A + (bra), com perspectiva estável de longo prazo

- Classificação de Águas Guariroba no *ranking* da revista Você S.A. como uma das **Melhores Empresas** para Você Trabalhar 2012
- Desembolso pelo BNDES do financiamento de **R\$ 57 milhões** para investimentos em Prolagos
- Debêntures de:
 - ✓ **R\$ 130 Milhões** em Águas Guariroba
 - ✓ **R\$ 40 Milhões** em Águas do Mirante
 - ✓ **R\$ 150 Milhões** na Aegee
- Crescimento de 19,3% da receita líquida e 21,1% no EBITDA

Evolução Receita

O crescimento da receita foi impulsionado pela evolução dos volumes faturados em Água e Esgoto, 25,9%, nas empresas consolidadas no período, Águas Guariroba, Prolagos e Águas do Mirante e 40,9% em bases Proforma, incluindo Nascentes do Xingu (100%).

	Volume Faturado (milhares de m3)		
	2012	2011	Δ %
Água	84.953	66.233	28,3%
Esgoto	46.367	26.945	72,1%
Águas e Esgoto	131.321	93.178	40,9%

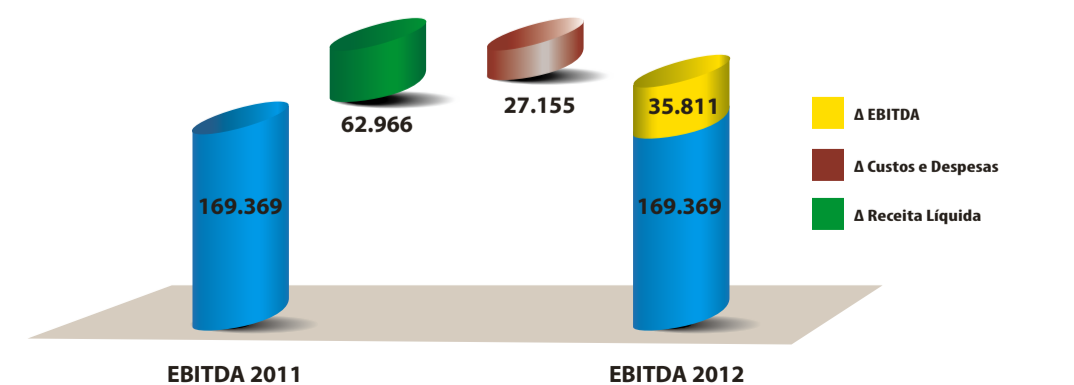
*Nascentes do Xingu desde Jan. 2012 e Águas do Mirante desde Jun. 2012.

	Economias		
	2012	2011	Δ %
Água e Esgoto	798.569	526.258	51,74%

*O número de economias de esgoto não contempla os municípios atendidos pela Prolagos.

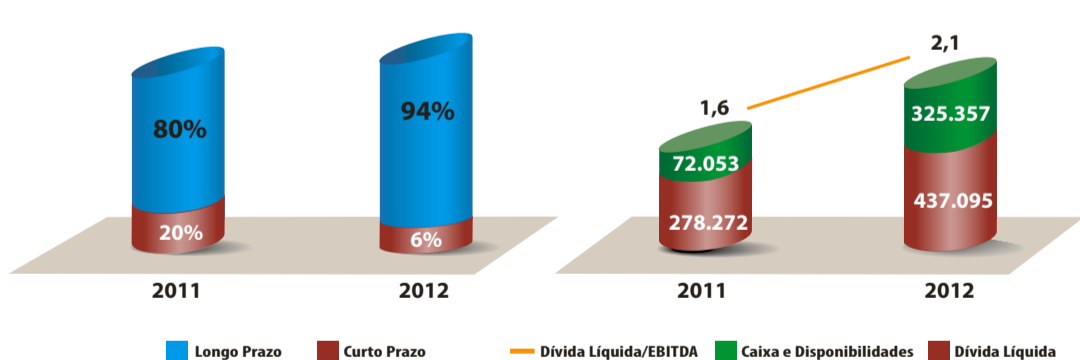
	Crescimento Economias	
	2012	Δ %
Água	111.428	28,65%
Negócios Existentes	27.682	7,12%
Novos Negócios	83.746	21,53%
Esgoto	160.883	117,21%
Negócios Existentes	12.033	8,77%
Novos Negócios	148.850	108,44%
Água e Esgoto	272.311	51,74%
Negócios Existentes	39.715	7,55%
Novos Negócios	232.596	44,20%

Evolução EBITDA



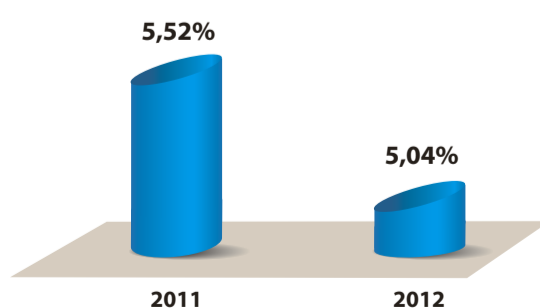
Endividamento

A companhia teve uma elevação no nível de Dívida Líquida/EBITDA, direcionado pela aquisição de 51% de Nascentes do Xingu.

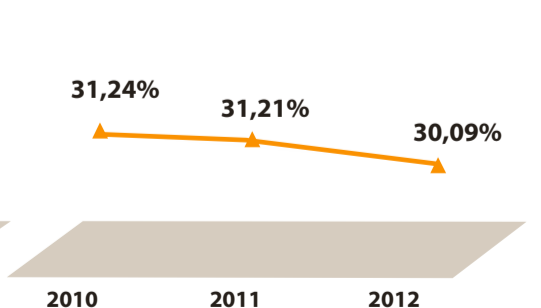


Indicadores Operacionais

Inadimplência 180 dias



Índice de Perdas Físicas¹



¹ Não considera Nascentes do Xingu

Custo Energia Elétrica

	2012	2011	Δ %
R\$/m3 (x100)	20,07	24,34	-17,5%

O EBITDA 2012 apresentou um crescimento de 21%, resultado do crescimento de receita e melhorias operacionais que resultaram em um crescimento de custos e despesas em menor proporção.

Acesse o site da Aegee usando o aplicativo QRCode





Aegea Saneamento e Participações S.A.

CNPJ nº 08.827.501/0001-58



Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado			Passivo	Nota	Controladora		Consolidado		
		2012	2011 (Reapresentado)	2012	2011 (Reapresentado)	01/01/2011 (Não auditado)			2012	2011 (Reapresentado)	01/01/2011 (Não auditado)		
Caixa e equivalentes de caixa	7	18.933	19.140	107.912	18.940	13.941	Fornecedores e empreiteiros	14	311	124	23.222	11.819	23.569
Aplicações financeiras	8	110.926	-	197.940	44.517	7.075	Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	4.434	-	47.231	70.167	122.151
Contas a receber de clientes	9	-	-	84.429	48.939	51.182	Mútuos a pagar partes relacionadas	11	-	500	2.759	15.837	168.094
Estoques	-	-	-	6.952	4.077	4.732	Obrigações trabalhistas e sociais	16	2.473	-	11.691	4.530	6.640
Ativo fiscal corrente	-	2.278	1.078	15.892	5.901	8.254	Obrigações fiscais	-	827	3.193	20.653	12.743	43.835
Adiantamento a fornecedores partes relacionadas	11	-	-	1.970	-	4.797	Parcelamentos de impostos	-	-	0.947	4.381	4.189	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	10	204.564	25.048	-	-	-	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	-	-	-	-	9.047	-
Outros créditos	-	4.434	1.501	9.809	3.550	4.526	Outras contas a pagar	17	485	4.167	11.385	6.938	3.364
Total do ativo circulante	-	341.135	46.767	424.904	125.924	94.507	Total do passivo circulante	-	8.530	17.031	121.322	135.270	367.653
Aplicações financeiras	8	15.234	-	19.505	8.596	14.049	Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	246.842	-	715.221	280.158	297.541
Contas a receber de clientes	9	-	-	37.079	41.873	28.518	Parcelamentos de impostos	-	-	-	6.192	5.291	7.672
Mútuos a receber partes relacionadas	11	33.036	-	46.129	13.598	427.681	Provisão para contingências	18	-	-	8.055	10.731	26.254
Adiantamento a fornecedores partes relacionadas	11	-	-	11.656	16.695	-	Passivo fiscal diferido	25	1.074	-	122.078	64.550	60.430
Ativo fiscal diferido	25	-	-	65.221	71.724	64.910	Outras contas a pagar	17	-	-	18.865	2.466	14.949
Outros créditos	-	-	-	5.944	5.049	8.402	Total do passivo não circulante	-	247.916	-	870.411	363.196	406.846
Total do realizável a longo prazo	-	48.270	-	185.534	157.535	543.560	Patrimônio líquido	19	-	-	-	-	-
Investimentos	12	499.482	489.635	76	834	-	Capital social	574.554	444.008	488.246	574.554	444.008	488.246
Imobilizado	-	76	20	1.052.482	734.451	684.177	Reserva de lucros	58.008	75.383	60.287	58.008	75.383	60.287
Intangível	13	45	-	891.986	1.228.571	1.228.571	Patrimônio líquido atribuível aos controladores	632.562	519.391	548.533	632.562	519.391	548.533
Total do ativo não circulante	-	547.873	489.655	1.238.712	1.228.571	1.228.571	Participação de não controladores	-	-	-	39.321	-	46
Total do ativo	-	889.008	536.422	1.663.616	1.017.910	1.323.078	Total do patrimônio líquido	632.562	519.391	548.533	671.883	519.444	548.579
							Total do passivo	256.446	17.031	548.533	991.733	498.466	774.499
							Total do passivo e patrimônio líquido	889.008	536.422	548.533	1.663.616	1.017.910	1.323.078

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011 (Reapresentado)	2012	2011 (Reapresentado)
Operações em continuidade					
Receita operacional líquida	20	-	-	517.181	401.757
Custos dos serviços prestados	21	-	-	(252.648)	(210.967)
Lucro bruto				264.533	190.790
Despesas administrativas e gerais	22	(17.364)	(4.091)	(77.235)	(50.147)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	23	(9.677)	-	(9.677)	-
Outras receitas operacionais	-	6.602	-	6.537	-
Outras despesas operacionais	-	(1.247)	-	(1.414)	(2.344)
Resultado de equivalência patrimonial	12	128.312	75.660	-	-
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos				104.626	138.299
Receitas financeiras	24	1.663	4	12.270	8.557
Despesas financeiras	24	(6.457)	(594)	(32.159)	(55.509)
Despesas financeiras líquidas				(4.794)	(46.952)
Lucro antes dos impostos				99.832	70.979
Imposto de renda e contribuição social	25	(1.074)	(1.166)	(64.091)	(21.534)
Lucro líquido das operações em continuidade				98.758	69.813
Operações descontinuadas				-	-
Resultado líquido das operações descontinuadas (líquido de imposto)	-	-	(1.084)	-	(1.084)
				98.758	68.729
Resultado atribuído para:					
Acionistas controladores	-	-	-	98.758	68.729
Acionistas não controladores	-	-	-	6	7
Lucro líquido do exercício				98.758	68.736

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados Abrangentes

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011 (Reapresentado)	2012	2011 (Reapresentado)
Resultados do exercício					
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-
Resultado abrangente total				98.758	68.736
Resultado abrangente atribuível aos:					
Acionistas controladores	-	-	-	98.758	68.729
Acionistas não controladores	-	-	-	6	7
Resultado abrangente total				98.758	68.736

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado		Reserva de lucros		Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
		2012	2011 (Reapresentado)	2012	2011 (Reapresentado)	Retenção de lucros	Lucros acumulados		
Saldo em 1º de janeiro de 2011 (anteriormente apresentado)									
Impacto da correção de erro	4(e)	-	-	-	-	105.968	-	46	594.260
Saldo em 1º de janeiro de 2011 (Reapresentado)						(45.681)	-	-	(45.681)
Redução de capital	-	488.246	-	-	-	60.287	-	46	548.533
Aumento de capital	-	(44.258)	-	-	-	-	-	-	(44.258)
Lucro líquido do exercício	-	20	-	-	-	-	68.729	7	20
Destinações:									
Pagamento de dividendos com utilização da reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	(38.086)	-	-	(38.086)
Constituição de reserva legal	-	-	-	3.436	-	-	(3.436)	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(15.547)	-	(15.547)
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	49.746	(49.746)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011 (Reapresentado)						71.947	-	53	519.444
Aumento de capital em dinheiro	-	444.008	-	3.436	-	-	-	-	519.444
Aumento de capital com conferência de investimentos	-	25.000	-	-	-	-	-	-	25.000
Aumento de capital com conferência de bens	-	105.536	-	-	-	-	-	39.262	144.798
Lucro líquido do exercício	-	10	-	-	-	-	98.758	6	10
Destinações:									
Constituição de reserva legal	-	-	-	4.938	-	-	(4.938)	-	-
Pagamento de dividendos com utilização da reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	(71.947)	-	-	(71.947)
Antecipação de dividendos durante o exercício	-	-	-	-	-	-	(39.186)	-	(39.186)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(5.000)	-	(5.000)
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	49.634	(49.634)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012						49.634	632.562	39.321	671.883

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Aegea Saneamento e Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado localizada no município de São Paulo - SP, constituída em 26 de março de 2007 que iniciou suas operações em 17 de dezembro de 2010. A Companhia tem como objeto social a participação em outras sociedades, na qualidade de sócio ou acionista, bem como atividades de consultoria, assistência técnica, manutenção e administração de empresas relacionadas aos negócios em que a Companhia participar, direta ou indiretamente, especialmente no que tange a concessão de saneamento na esfera municipal, estadual ou federal, dentro e fora da República Federativa do Brasil.

Em 30 de novembro de 2011, de acordo com deliberação dos acionistas da Companhia, foi realizada uma reestruturação societária e o investimento que até então existia na controlada direta Aegea Rodovias e Participações S.A. foi cindido e vertido para a controladora direta da Companhia, Equipav S.A. Pavimentação, Engenharia e Comércio, reduzindo o capital social da Companhia no montante de R\$ 44.258. No ano de 2011, foi apurado um resultado de equivalência patrimonial no montante de R\$ 1.084, decorrente deste investimento.

2. Aquisições de controladas

Em 19 de dezembro de 2012, a Companhia adquiriu o controle da Nascentes do Xingu Participações e Administração S.A. ("Nascentes do Xingu") e Águas do Mirante S.A. ("Mirante"), aquisições estas que permitirão à Companhia ampliar sua participação no ramo de negócios de Saneamento no Estado do Mato Grosso e São Paulo, respectivamente.

Em conexão com a aquisição da Nascentes do Xingu, a Companhia adquiriu o controle indireto por meio da participação societária de 51% nas seguintes empresas concessionárias do Estado do Mato Grosso: (i) Águas de Marcelândia Ltda.; (ii) Águas de Jauru Abastecimento e Distribuição Ltda.; (iii) Águas de Campo Verde Ltda.; (iv) Águas de Vera Ltda.; (v) Águas de União do Sul Ltda.; (vi) Águas de São José Ltda.; (vii) Águas de Santa Carmem Ltda.; (viii) Águas de Primavera Ltda.; (ix) Águas de Poconé Ltda.; (x) Águas de Nortelândia Ltda.; (xi) Saneamento Básico de Pedra Preta Ltda.; (xii) Saneamento Básico de Jangadá Ltda.; (xiii) Águas de Peixoto de Azevedo S.A.; (xiv) Águas de Sorriso Ltda.; (xv) Águas de Carlinda Ltda. e (xvi) Águas de Cláudia Ltda. Estas empresas atuam como administradoras da concessão pública operando todos os processos do ciclo integral da água - abastecimento, coleta e tratamento de esgoto. A seguir, são resumidos os tipos de contraprestações transferidas e os valores reconhecidos de ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição:

Contraprestação transferida

	Nota	R\$ mil
Instrumentos patrimoniais (105.534.946 ações ordinárias)	19	105.536
Nascentes do Xingu	12	50.536
Águas do Mirante	12	55.000
		105.536

O capital social da Companhia foi então aumentado em R\$ 105.536 mediante a emissão de 105.534.946 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,000006597 por ação, integralizadas mediante a conferência de 90% das ações ordinárias de emissão da Companhia do Mirante e 100% das ações ordinárias de emissão da Nascentes do Xingu, ambas de titularidade do FIP Saneamento 100% Fundo de Investimento em Participações ("FIP"), que passou então a deter 18,70% do capital social da Companhia.

Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

	R\$ mil
Nascentes do Xingu (consolidado)	
Caixa e equivalentes de caixa	2.662
Contas a receber de clientes	3.392
Outros créditos	4.642
Mútuos a receber partes relacionadas	1.376
Intangível	108.355
Fornecedores e empreiteiros	(1.167)
Empréstimos e financiamentos	(286)
Contas a pagar	(16.950)
Mútuos a pagar partes relacionadas	(1.441)
Passivo fiscal diferido	(24.346)
Provisão para contingências	(557)
Outras contas a pagar	(12.503)
Total líquido de ativos identificáveis	63.177
Águas do Mirante	
Caixa e equivalentes de caixa	29.812
Contas a receber de clientes	5.030
Adiantamento a fornecedores	164
Outros créditos	380
Ativo fiscal diferido	561
Intangível	64.014
Fornecedores e empreiteiros	(6.107)
Outras contas a pagar	(843)
Debêntures a pagar	(35.584)
Total líquido de ativos identificáveis	55.000

O ágio reconhecido como resultado da aquisição da Nascentes do Xingu foi identificado conforme segue:

	Nota	R\$ mil
Valor total da contraprestação transferida	-	50.536
Participação dos acionistas não controladores, baseado na participação proporcional nos ativos e passivos reconhecidos da adquirida	-	(39.262)
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis	13	26.621

O ágio é atribuído a rentabilidade futura do negócio adquirido. Nenhuma parte do ágio reconhecido tem expectativa de ser dedutível para os fins de imposto de renda e contribuição social.

No balanço patrimonial individual da Companhia e nas demonstrações financeiras consolidadas, o ágio acima demonstrado está incluído no valor contábil do investimento e sua amortização, não é permitida. Baseado na natureza do contrato de concessão detido pela Águas do Mirante S.A., foi determinado que o valor pago corresponde ao valor justo do patrimônio adquirido, sendo o valor residual não alocado ao ágio estimado em zero.

Custos de aquisição

A Companhia incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R\$ 464 referentes aos honorários advocatícios e custos de "due diligence". Estes gastos foram incluídos nas despesas administrativas da Companhia na demonstração de resultado.

3. Entidades do grupo

A tabela abaixo apresenta as participações da Empresa e de suas subsidiárias no Brasil, bem como



Aegea Saneamento e Participações S.A.
CNPJ nº 08.827.501/0001-58



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

	Consolidado			
	31/12/2011	Reclassificação	Ajuste	31/12/2011 (ajustado)
Balço patrimonial - Ativo				
Circulante	125.924	-	-	125.924
Não circulante	956.251	(86.401) (b)	(42.414) (a)	827.436
Total	1.082.175	(86.401)	(42.414)	953.360
Balço patrimonial - Passivo				
Circulante	(135.270)	-	-	(135.270)
Não circulante	(385.047)	86.401 (b)	-	(298.646)
Patrimônio líquido	(561.858)	-	42.414 (a)	(519.444)
Total	(1.082.175)	86.401	42.414	(953.360)
Demonstração do resultado				
Receita operacional líquida	401.757	-	-	401.757
Custo dos serviços prestados	(217.539)	901 (f)	5.671 (c)	(210.967)
Despesas operacionais	(51.590)	(901) (f)	-	(52.491)
Despesas financeiras líquidas	(46.952)	-	-	(46.952)
Resultado de operações descontinuadas	(1.084)	-	-	(1.084)
Imposto de renda e contribuição social	(19.130)	-	(2.404) (d)	(21.534)
Lucro líquido do exercício	65.462	-	3.267	68.729

- (a) Baixa do ágio contábil proveniente da incorporação reversa da Resbre Empreendimentos e Participações S.A. na controlada Prologas S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, permanecendo apenas o benefício fiscal originado em tal incorporação reversa;
- (b) Reclassificação do saldo de passivo fiscal diferido anteriormente apresentado no passivo não circulante na rubrica de passivo fiscal diferido para a rubrica de ativo fiscal diferido no ativo não circulante;
- (c) Efeito da amortização do ágio mencionado no item (a) acima, o qual vinha sendo amortizado contabilmente até a correção do registro;
- (d) Efeito fiscal correspondente ao estorno do item (c) acima; e
- (e) Apresentação das operações descontinuadas, conforme nota explicativa nº 6.
- (f) Reclassificação de provisão para contingências, anteriormente apresentado no custo do serviço prestado.
- O quadro do consolidado do saldo de abertura do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 (1º de janeiro de 2011) não está sendo representado em função das correções acima mencionadas, uma vez que o mesmo não foi anteriormente apresentado.
- Os reflexos desses ajustes também foram considerados na demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Os montantes apresentados em cada atividade da demonstração dos fluxos de caixa não sofreram alterações entre os saldos originalmente apresentados e os saldos ora representados. Os montantes apresentados em cada atividade da demonstração dos fluxos de caixa individual não sofreram alterações entre os saldos originalmente apresentados e os saldos ora representados.

5. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

i. Combinações de negócios

Combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição na data de aquisição, isto é, quando o controle é transferido para a Companhia. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle, a Companhia leva em consideração os direitos de voto potenciais que são atualmente exercíveis.

A Companhia mensura o ágio na data de aquisição como:

- O valor justo da contraprestação transferida; mais
- O montante reconhecido de qualquer participação de não controladores na adquirida; menos
- O montante líquido (geralmente a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos. Quando o valor é negativo, o ganho com a compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relacionamentos pré-existent. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Os custos da transação, exceto os custos relacionados a emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio, que a Companhia incorre em conexão com a combinação de negócios são registrados no resultado conforme incorridos.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. Para as demais, as alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente são registradas no resultado do exercício.

ii. Participação de acionistas não-controladores

Para cada combinação de negócios, a Companhia elege mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida, utilizando um dos seguintes critérios:

- Pelo valor justo; ou
- Pela participação proporcional dos ativos líquidos identificáveis da adquirida, que geralmente são pelo valor justo.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações com acionistas em sua capacidade de acionistas. Ajustes à participação de não-controladores são baseados em um montante proporcional dos ativos líquidos da subsidiária. Nenhum ajuste é feito no ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) e nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado do exercício.

iii. Controladas

As informações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle, se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

iv. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre empresas, são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados do custo amortizado na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida com um ativo ou passivo separado.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas têm o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e suas controladas classificam os ativos financeiros não derivativos conforme segue:

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha a intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento abrangem as aplicações financeiras, principalmente aquelas de longo prazo.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes, mútuos a receber partes relacionadas e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizadas pela Companhia e suas controladas na gestão das obrigações de curto prazo.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e empreiteiros, fornecedores partes relacionadas, mútuos a pagar partes relacionadas e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos.

iii. Capital social - Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

c. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio da média ponderada e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

d. Ativos intangíveis

A Companhia e suas controladas têm os seguintes ativos intangíveis:

• Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados. São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada.

• Direito de exploração de infraestrutura - veja item n.

e. Redução ao valor recuperável (impairment)

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado, incluindo a participação em uma investida reconhecida por equivalência patrimonial, é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido à Companhia e suas controladas em condições de que a Companhia e suas controladas não aceitariam em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Uma perda por redução do valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra empréstimos e recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é avaliada a cada data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso do ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que refleta uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa.

Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

f. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

h. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

i. Benefícios a empregados

i. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

ii. Benefícios pós-emprego - planos de saúde

A Companhia e suas controladas oferecem a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia e suas controladas são co-patrocinadoras do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido à seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia e suas controladas são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes.

j. Receita operacional

i. Receita de concessão de serviços

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada, consistente com a política contábil para o reconhecimento de receita sobre contrato de concessão de serviços de administração que está baseada na Interpretação Técnica nº 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Concessão e correlacionada ao Pronunciamento Técnico nº 17 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de construção.

Receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados pelas controladas. Quando as controladas prestam mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

k. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e encargos sobre empréstimos e impostos parcelados. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

l. Imposto de renda e contribuições sociais

As controladas Engespav Engenharia e Comércio Ltda. e algumas empresas do consolidado da Nascentes do Xingu Participações e Administração S.A. têm o Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício calculados utilizando o regime de lucro presumido que, com base no faturamento bruto, aplicase a alíquota de 32%, para chegar a base tributável, aplicando o percentual de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

As demais controladas têm o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i. Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

ii. Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseado-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

iii. Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia e suas controladas levam em consideração o impacto de incertezas relativas a posição fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia e suas controladas acreditam que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria a Companhia e suas controladas a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. A Companhia e suas controladas consideraram a adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) para a apuração do imposto de renda e contribuição social.

m. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (controladas) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

No caso das controladas não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. As controladas estimaram que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pelo prazo da concessão.

n. Direito da concessão

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPQ 05 - Contratos de concessão, a Companhia e suas controladas adotam a seguinte política contábil de não ativar o preço da aquisição de serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar (divulgado na nota explicativa nº 28) ao Poder Concedente, sob o entendimento que os contratos de concessão são contratos executórios. Nos contratos de concessão a relação entre as partes é continuada, havendo obrigações recíprocas a ser cumpridas ao longo de toda a concessão, sendo que o seu cumprimento não ocorre de uma só vez, mas na medida em que se avança no contrato.

Neste tipo de contrato, tanto o concessionário quanto o Poder Concedente possuem o direito de rescisão, sendo que o concessionário será indenizado pelos investimentos realizados e não amortizados. A Administração da Companhia e suas controladas avaliam que o contrato de concessão pode ser encerrado sem custos relevantes que não sejam indenizados.

o. Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

p. Operações descontinuadas

Uma operação descontinuada é um componente de um negócio do Grupo que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distinguidos do resto do Grupo e que:

- Representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações;
 - É parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; ou
 - É uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo da venda.
- A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações de resultados e de resultados abrangentes comparativas são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

q. Determinação de valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

6. Operações descontinuadas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 30 de novembro de 2011, a Companhia cindiu inteiramente seu segmento em rodovias. A demonstração de resultados para o exercício comparativo está sendo apresentada abaixo para exibir a operação descontinuada separadamente de operações continuadas.

	2011		
	239.707	(231.599)	
Resultado antes dos impostos	8.108	(9.192)	
Impostos sobre o lucro	(1.084)	-	
Resultado do exercício	2011		
Fluxo de caixa de proveniente operações descontinuadas	56.430	128.116	
Caixa líquido utilizado em atividades operacionais	(170.680)	(170.680)	
Caixa líquido das atividades de investimento	128.116	128.116	
Caixa líquido proveniente das operações descontinuadas	13.866	-	

Abaixo são demonstradas as movimentações na controladora e consolidado:

	31/12/2011		Controladora		31/12/2012	
	Ativos	Passivos	Compras/Vendas	Pagamentos efetuados	Recebimentos	Ativos
Ativo						
Mobit Mobilidade e Participações S.A.	-	-	-	(3.411)	3.585	174
Equipav S.A. - Pavimentação, Engenharia e Comércio	-	-	-	(86.455)	103.150	16.695
Empate Engenharia e Comércio Ltda.	-	-	-	(1)	6.800	6.799
Greq Participações e Administração Ltda.	-	-	-	(42)	9.200	9.158
Nacional Águas	-	-	-	-	210	210
Passivo						
Mobit Mobilidade e Participações S.A.	-	(500)	-	-	500	-
	-	(500)	-	(



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

	Consolidado						
	31/12/2011		31/12/2012		31/12/2012		
	Ativos	Passivos	Compras/Vendas	Pagamentos efetuados	Recebimentos	Ativos	Passivos
Ativo							
Empate Engenharia e Comércio Ltda.	16.695	-	-	(5.041)	6.800	18.454	-
Equipav S.A. - Pavimentação, Engenharia e Comércio	13.534	-	-	(149.676)	166.496	30.354	-
GAN - Gestão e Apoio a Negócios Ltda.	22	-	-	(22)	-	-	-
Greq Participações e Administração Ltda.	-	-	-	(42)	9.200	9.158	-
Nacional Águas	-	-	-	-	210	210	-
Brasil Central Eng. Ltda.	-	-	-	-	923	923	-
Eletricidade Paraense S.A.	-	-	-	-	485	485	-
Filadelfo Reis Dias	-	-	-	-	178	178	-
Outros	42	-	-	(42)	-	-	-
Passivo							
Mobit Mobilidade e Participações S.A.	-	(500)	(1.299)	-	1.605	-	(194)
Empate Engenharia e Comércio Ltda.	-	(3.310)	-	(4.800)	8.110	-	-
Equipav Engenharia Ltda.	-	(11.643)	-	(1.794)	12.330	-	(1.107)
Equipav S.A. - Pavimentação, Engenharia e Comércio	-	-	(32.395)	-	29.277	-	(3.118)
NAG - Núcleo de Apoio a Gestão Ltda.	-	(212)	-	-	-	-	(212)
Brasil Central Eng. Ltda.	-	-	-	(268)	-	-	(268)
Filadelfo Reis Dias	-	-	-	(1.017)	-	-	(1.017)
Outros	-	(172)	-	(156)	172	-	(156)
	30.293	(15.837)	(33.694)	(162.858)	235.786	59.762	(6.072)

12. Investimentos

a. Composição dos saldos

	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011 (Reapresentado)
Investimentos	498.897	489.635
Outros	585	-
Total de investimentos	<u>499.482</u>	<u>489.635</u>

Saldos em investimentos

Investimentos	498.897	489.635
Outros	585	-
Total de investimentos	<u>499.482</u>	<u>489.635</u>

b. Composição dos investimentos

	Controladora					
	31/12/2012		31/12/2011		31/12/2011 (Reapresentado)	
	Prolagos S.A.	Águas Guarirobo S.A.	Engepav Engenharia e Com. Ltda.	Águas do Mirante S.A.	Nascentes do Xingu Participações e Administração S.A.	Total
Capital Social	255.041	124.427	1	33.263	50.536	
Quantidade de ações:						
Ações ordinárias (lotes de mil)	221.673.074	111.800.016	1.000	33.263.000	52.000.500	
Participação	99,99%	99,99%	99,99%	100,00%	100,00%	
Total do ativo das controladas	435.857	791.614	28.216	102.969	47.984	1.406.640
Total do passivo das controladas	(164.822)	(656.345)	(6.893)	(47.261)	-	(875.321)
Resultado das controladas	41.690	93.287	28.371	(1.244)	(2.552)	159.552
Patrimônio líquido de investidas em 31 de dezembro de 2012	271.035	135.269	21.324	55.708	50.536	533.872
Resultado de equivalência patrimonial	41.686	93.278	28.368	(122)	-	163.209
(-) Lucros não realizados entre controladas	-	-	(34.932)	-	-	(34.932)
Resultado de equivalência patrimonial líquida em 31 de dezembro de 2012	271.008	135.255	(13.610)	55.708	50.536	498.897
Valor de investimentos em 31 de dezembro de 2012						
	271.008	135.255	(13.610)	55.708	50.536	498.897

Valor do investimento em 31 de dezembro de 2011 (Reapresentado)

Equivalência patrimonial	257.684	231.951	-	-	-	489.635
Dividendos e juros sobre o capital próprio	41.686	93.278	28.368	(122)	-	163.209
Lucro não realizado entre as empresas	(28.362)	(189.974)	(7.046)	-	-	(225.382)
Aquisição de participação	-	-	-	-	55.000	105.536
Aporte de capital recebido	-	-	-	830	-	830
Valor do investimento em 31 de dezembro de 2012	271.008	135.255	(13.610)	55.708	50.536	498.897

13. Intangível

Os valores registrados a título de intangível referem-se à concessão para exploração da infraestrutura e apresenta as seguintes composições:

	Consolidado				
	Ágio	Direito de exploração da infraestrutura	Intangível em andamento	Software de terceiros	Total
Saldo 1º de janeiro de 2011 (Reapresentado)	-	575.987	107.264	926	684.177
Adições	-	3.763	74.696	97	78.556
Transferências	-	71.587	(71.587)	-	-
Baixas	-	(2.883)	-	-	(2.883)
Amortizações	-	(25.399)	-	-	(25.399)
Saldo 31 de dezembro de 2011 (Reapresentado)	-	623.055	110.373	1.023	734.451
Adições	26.621	118.655	195.164	27	340.467
Transferências	-	87.931	(88.124)	193	-
Baixas	-	-	-	-	-
Amortizações	-	(22.416)	-	(20)	(22.436)
Saldo 31 de dezembro de 2012	26.621	807.225	217.413	1.223	1.052.482

15. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Modalidade	Encargos
Projeto CEF	Taxa Interbancária - UPR (100%) mais sobretaxa de 6% a 8% a.a.
Debêntures	Taxa Interbancária - CDI (100%) mais sobretaxa de 3,0% a.a.
Debêntures	100% CDI + 2,5%
Investimento	Taxa Interbancária - CDI (100%) mais sobretaxa de 3,0% a.a.
Debêntures	CDI + 3,25% a.a.
BNDES	TJLP + 3,44% a.a.
Debêntures	100% da taxa DI + 3,15% a.a.
Capital de giro	Taxa Interbancária - CDI (100%) mais sobretaxa de 2,5% a 3,0% a.a. e variação CDI
Investimento	Taxa Interbancária - CDI (100%) mais sobretaxa de 0,5% a.a.
Conta garantida	Conta Garantida com taxa pré-fixada de 21,7% a.a.
Capital de giro	CDI + 2,2% a.a.
Outros	
Circulante	
Não circulante	

Cronograma de amortização da dívida

As parcelas classificadas no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2012 têm o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011 (Reapresentado)	31/12/2012	31/12/2011 (Reapresentado)
2013	-	-	-	39.157
2014	21.158	-	126.472	37.705
2015 em diante	225.684	-	588.749	203.296
	<u>246.842</u>	<u>715.221</u>	<u>715.221</u>	<u>280.158</u>

A Companhia e suas controladas incorreram em custos de captação no montante de R\$ 3.158 os quais foram reconhecidos conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A Companhia mantém em seus empréstimos, garantias, restrições e covenants usuais de mercado. Todas as cláusulas restritivas referentes aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão sendo integralmente cumpridas pela Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2012.

16. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011 (Reapresentado)	31/12/2012	31/12/2011 (Reapresentado)
PIS/COFINS/CSLL/sobre prestação de serviços a recolher	41	1.217	2.466	3.914
IOF - Imposto sobre operações financeiras	-	-	-	-
IRPJ/CSLL a recolher	-	304	6.652	549
PIS/COFINS a recolher	84	-	2.907	-
INSS sobre prestação de serviços	-	-	1.339	-
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	1	-	762	-
ISS - Imposto sobre serviços	-	-	1.156	-
IRRF sobre juros sobre capital próprio	-	975	656	1.482
IOF sobre mútuo a recolher	682	682	4.007	3.296
IRRF/INSS/ISS sobre prestação de serviços a recolher	19	10	211	399
Taxa a pagar para o Poder Concedente	-	-	-	580
ISS a recolher sobre serviços de terceiros	-	-	497	591
Outros	-	5	1.932	-
	<u>827</u>	<u>3.193</u>	<u>20.653</u>	<u>12.743</u>

17. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011 (Reapresentado)	31/12/2012	31/12/2011 (Reapresentado)
Parcela a pagar para aquisição de empresas (i)	-	-	16.950	-
Serviços de terceiros a pagar	483	3.835	7.368	-
Outras contas a pagar	2	332	5.932	9.404
	<u>485</u>	<u>4.167</u>	<u>30.250</u>	<u>9.404</u>
Circulante	485	4.167	11.385	6.938
Não circulante	-	-	18.865	2.466

(i) O saldo refere-se a última parcela a pagar para o "Grupo Dias" com relação a compra das empresas do complexo Xingu mencionada a nota explicativa nº 2, com vencimento em 14 de dezembro de 2014.

18. Provisão para contingências

As controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis, trabalhistas e tributários e atualmente está se defendendo judicialmente de todos os autos de infração, processos administrativos, notificações e reclamações trabalhistas em que estão envolvidas.

A Administração, com base nas avaliações de seus assessores jurídicos internos e externos das controladas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011 (Reapresentado)
Prestações de serviços e empreiteiros a pagar	311	124	19.909	11.819
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 11)	-	-	3.313	-
	<u>311</u>	<u>124</u>	<u>23.222</u>	<u>11.819</u>

14. Fornecedores e empreiteiros

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011 (Reapresentado)
Prestações de serviços e empreiteiros a pagar	311	124	19.909	11.819
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 11)	-	-	3.313	-
	<u>311</u>	<u>124</u>	<u>23.222</u>	<u>11.819</u>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011 (Reapresentado)	31/12/2012	31/12/2011 (Reapresentado)
	-	-	174.358	182.056
	150.584	-	150.584	-
	-	-	130.424	-
	85.428	-	85.428	-
	-	-	75.593	75.894
	-	-	58.935	-
	-	-	39.538	-
	-	-	25.022	41.452
	15.264	-	15.264	-
	-	-	7.021	10.550
	-	-	-	40.373
	-	-	285	-
	<u>251.276</u>	<u>-</u>	<u>762.452</u>	<u>350.325</u>
	4.434	-	47.231	70.167
	<u>246.842</u>	<u>-</u>	<u>715.221</u>	<u>280.158</u>

18. Provisão para contingências

As controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis, trabalhistas e tributários e atualmente está se defendendo judicialmente de todos os autos de infração, processos administrativos, notificações e reclamações trabalhistas em que estão envolvidas.

A Administração, com base nas avaliações de seus assessores jurídicos internos e externos das controladas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011 (Reapresentado)
Cível	5.901	4.573
Tributário	-	5.744
Trabalhista	2.154	414
Total	8.055	10.731

Contingências passivas não provisionadas

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas são processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 32.711, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Do montante acima, o valor de R\$ 19.563 (R\$ 18.291 em 2011) refere-se a uma contingência de natureza cível da qual a controlada Águas Guarirobo S.A. é parte, relativa ao processo 001.05.028326-0 e Apelação Cível nº 2007.024187-2 de 11 de julho de 2005, referente à ação popular de anulação de ato de dação em pagamento (Contrato de Concessão) celebrado entre a Companhia, o Município de Campo Grande e o Estado do Mato Grosso do Sul e a empresa Saneul e devolução de valores corrigidos ao erário. O processo foi avaliado como sendo de risco de perda possível pelos advogados e remota pela Administração, em razão da jurisprudência brasileira.

19. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2012 o capital social integralizado é de R\$ 574.554 (444.008 em 2010) e está representado por 564.393.858 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, também em 19 de dezembro de 2012, o capital social da Companhia foi aumentado em R\$ 105.536 mediante a emissão de 105.534.946 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,000006597 por ação, integralizadas mediante a conferência de 90% das ações ordinárias de emissão da Águas do Mirante e 100% das ações ordinárias de emissão da Nascentes do Xingu, ambas de titularidade do FIP Saneamento 100% Fundo de Investimento em Participações ("FIP"), que passou então a deter 18,70% do capital social da Companhia.

Em 19 de dezembro de 2012, de acordo com deliberação dos acionistas, o capital social da Companhia foi aumentado em decorrência do ingresso do sócio International Finance Corporation ("IFC") com integralização de capital em dinheiro. A Companhia emitiu 14.843.558 ações ordinárias, ao preço de R\$ 1,6843 por ação, em decorrência, o capital social da Companhia foi aumentado em R\$ 25.000 e o IFC passou então a deter 2,63% do capital social da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os acionistas e os respectivos percentuais de participação estão assim apresentados:

	2012		2011	
	Porcentagem	Participação	Porcentagem	Participação
Equipav S.A. Pavimentação, Engenharia e Comércio	78,6663%	99,9953%	78,6663%	99,9953%
Saneamento 100% Fundo de Investimento em Participações	18,69			



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

26. Instrumentos financeiros

Visão Geral

A Companhia e suas controladas estão expostas aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas sobre cada um dos riscos supramencionados e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia e suas controladas.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas, e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revisados regularmente para refletirem mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

A Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011 (Reapresentado)
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	18.933	19.140
Aplicações financeiras	126.160	–
Mútuo a receber partes relacionadas	33.036	–
Outros créditos	1.786	–
	<u>179.915</u>	<u>19.140</u>
	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011 (Reapresentado)
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	107.912	18.940
Aplicações financeiras	217.445	53.113
Contas a receber de clientes	121.508	90.812
Outros créditos	9.578	7.019
Mútuo a receber partes relacionadas	<u>57.785</u>	<u>13.598</u>
	<u>514.228</u>	<u>183.482</u>

Garantias

A política da Companhia e suas controladas é a de fornecer garantias financeiras apenas para empresas do Grupo Aegea.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia e suas controladas.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2012:

	Controladora	
	Até 1 ano	Superiores há 1 ano
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	18.933	18.933
Aplicações financeiras	126.160	110.926
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	21.054	21.054
Outros créditos	1.786	1.786
Mútuos a receber de partes relacionadas	<u>33.036</u>	<u>33.036</u>
	<u>200.969</u>	<u>152.699</u>
Passivos		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	251.276	4.434
Fornecedores e empreiteiros	311	311
Outras contas a pagar	<u>485</u>	<u>485</u>
	<u>252.072</u>	<u>5.230</u>
	Consolidado	
	Até 1 ano	Superiores há 1 ano
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	107.912	107.912
Aplicações financeiras	217.445	197.940
Contas a receber de clientes	121.508	84.429
Outros créditos	9.578	5.201
Mútuos a receber de partes relacionadas	<u>57.785</u>	<u>57.785</u>
	<u>514.228</u>	<u>453.267</u>
Passivos		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	762.452	47.231
Fornecedores e empreiteiros	23.222	23.222
Mútuos a pagar partes relacionadas	2.759	2.759
Outras contas a pagar	<u>30.250</u>	<u>11.385</u>
	<u>818.683</u>	<u>84.597</u>

Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações, empréstimos e financiamentos.

Na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011 (Reapresentado)
Instrumentos de taxa variável		
<i>Ativos financeiros</i>		
Aplicações financeiras	126.160	–
<i>Passivos financeiros</i>		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	251.276	–
	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011 (Reapresentado)
Instrumentos de taxa variável		
<i>Ativos financeiros</i>		
Aplicações financeiras	217.445	53.113
<i>Passivos financeiros</i>		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	762.452	350.325

Instrumentos de taxa variável

A Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição Patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 31/12/2012	Controladora		Cenários				
				I - Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%		
1- Ativos financeiros	126.160	Variação do CDB	10,64%	13.423	16.779	20.135	10.068	6.712		
2- Passivos financeiros	(251.276)	CDI	10,64%	(26.736)	(33.420)	(40.104)	(20.052)	(13.368)		
1 + 2		Efeito		<u>(13.313)</u>	<u>(16.641)</u>	<u>(19.969)</u>	<u>(9.984)</u>	<u>(6.656)</u>		
Exposição Patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 31/12/2012	Consolidado		Cenários				
				I - Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%		
1- Ativos financeiros	248.544	Variação do CDI	10,64%	26.445	33.056	39.668	19.834	13.223		
2- Passivos financeiros	(174.358)	UPR	0,26%	(453)	(567)	(680)	(340)	(226)		
Empréstimos e financiamentos	(529.159)	CDI	8,39%	(44.396)	(55.496)	(66.595)	(33.297)	(22.197)		
Empréstimos e financiamentos	(58.935)	TJLP	6,00%	(3.536)	(4.420)	(5.304)	(2.652)	(1.767)		
1 + 2		Efeito		<u>(21.940)</u>	<u>(27.427)</u>	<u>(32.911)</u>	<u>(16.456)</u>	<u>(10.967)</u>		

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e suas controladas.

O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração.

A existência de sistemas de informação integrados e integros apóia a administração na mitigação dos riscos da operação por meio da implementação de processos padronizados e automatizados.

Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia e suas controladas é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os quotistas e o risco para quotistas e credores.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

NE		Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Controladora	Passivos pelo custo amortizado	Total em 31 de Dezembro de 2012
8	126.160	–	–	–	–	126.160
11	–	33.036	–	–	–	33.036
10	–	21.054	–	–	–	21.054
		1.786	–	–	–	1.786
		<u>126.160</u>	<u>74.809</u>			<u>200.969</u>
15	–	–	–	251.276	–	251.276
14	–	–	–	311	–	311
17	–	–	–	485	–	485
		–	–	<u>252.072</u>		<u>252.072</u>
NE		Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Controladora	Passivos pelo custo amortizado	Total em 31 de Dezembro de 2011 (Reapresentado)
8	–	–	–	–	–	–
10	–	25.048	–	–	–	25.048
		–	–	–	–	–
		–	<u>44.188</u>			<u>44.188</u>
14	–	–	–	124	–	124
11	–	–	–	500	–	500
17	–	–	–	4.167	–	4.167
		–	–	<u>4.791</u>		<u>4.791</u>
NE		Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Consolidado	Passivos pelo custo amortizado	Total em 31 de Dezembro de 2012
8	217.445	–	–	–	–	217.445
11	–	57.785	–	–	–	57.785
		9.578	–	–	–	9.578
		<u>217.445</u>	<u>175.275</u>			<u>392.720</u>
15	–	–	–	762.452	–	762.452
14	–	–	–	23.222	–	23.222
11	–	–	–	2.759	–	2.759
17	–	–	–	30.250	–	30.250
		–	–	<u>818.683</u>		<u>818.683</u>
NE		Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Consolidado	Passivos pelo custo amortizado	Total em 31 de Dezembro de 2011 (Reapresentado)
8	53.133	–	–	–	–	53.133
9	–	90.812	–	–	–	90.812
		7.019	–	–	–	7.019
11	–	13.598	–	–	–	13.598
		<u>53.133</u>	<u>130.369</u>			<u>183.502</u>
15	–	–	–	350.325	–	350.325
14	–	–	–	11.819	–	11.819
11	–	–	–	15.837	–	15.837
		–	–	9.047	–	9.047
17	–	–	–	9.404	–	9.404
		–	–	<u>396.432</u>		<u>396.432</u>

28. Compromissos vinculados a contratos de concessão

A controlada direta Prolagos S.A. possui compromisso decorrente do direito de outorga variável que refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, que corresponde a 3% da arrecadação efetivamente obtida mensalmente. Em decorrência do reequilíbrio do contrato de concessão mencionado na nota explicativa nº 1, o Poder Concedente dos municípios isentou a controlada do recolhimento deste compromisso em 2011.

A controlada direta Águas Guariroba S.A., celebrou em 26 de abril de 2012, junto à Prefeitura Municipal de Campo Grande - MS, um termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 104 que determina a extensão do prazo de concessão para exploração e prestação de serviços até 23 de agosto de 2060, estendendo-se por mais 30 anos o contrato originalmente firmado entre as partes. O valor do direito de outorga determinado no respectivo aditivo soma o montante de R\$ 76.166 (setenta e seis milhões, cento e sessenta e seis mil reais), sendo 25% no montante de R\$ 19.042 (dezenove milhões e quarenta e dois mil reais) pagos no ato da celebração do contrato, 25% em 4 (quatro) parcelas iguais e sucessivas de R\$ 4.760 (quatro milhões, setecentos e sessenta mil reais) e 50%, equivalente a R\$ 38.083 (trinta e oito milhões e oitenta e três mil reais) serão liquidados ao longo do período de concessão em 223 parcelas mensais, reajustadas nas mesmas condições dos reajustes tarifários, iniciando-se em janeiro de 2013.

Como parte do termo aditivo ao contrato de concessão, foram revistos os marcos do plano executivo relativos ao contrato de concessão anteriormente firmado, conforme relacionado abaixo:

- Até dezembro de 2015, o sistema de esgotamento sanitário deverá atender no mínimo 75% (setenta e cinco) por cento da população urbana;
- Até dezembro de 2017, o sistema de esgotamento sanitário deverá atender no mínimo 80% (oitenta) por cento da população urbana;
- Até dezembro de 2019, o sistema de esgotamento sanitário deverá atender no mínimo 85% (oitenta e cinco) por cento da população urbana;
- Até dezembro de 2021, o sistema de esgotamento sanitário deverá atender a no mínimo 90% (noventa) por cento da população urbana;
- Até dezembro de 2025, o sistema de esgotamento sanitário deverá atender o percentual mínimo de 98% (noventa e oito) por cento da população urbana e mantido ao longo do período de concessão.

Os pagamentos futuros a serem realizados ao poder concedente referente ao direito de exploração da infraestrutura da concessão estão assim representados:

	R\$ mil
2013	4.339
2014	4.339
2015	4.339
2016 em diante	65.909
	<u>78.926</u>

Conselho de Administração

Hamilton Amadeo

Thomas Daniel Brull

Fábio Martins Tarchi Crivellari

Diretoria

Hamilton Amadeo

Santiago Crespo

Radamés Andrade Casseb

Contador

Leandro Kato
CRC 1SP 223439/O-7

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Aegea Saneamento e Participações S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da **Aegea Saneamento e Participações S.A.** ("Companhia") individuais e consolidadas, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Aegea Saneamento e Participações S.A.** em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases
Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa nº 4 (e), houve a correção retrospectiva do reconhecimento contábil do ágio registrado no ativo intangível da controlada direta Prolagos S.A. Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto que gerou modificação em nosso relatório de auditoria emitido em 30 de março de 2012, e em decorrência de outros assuntos não significativos mencionados nessa mesma nota explicativa, os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e os saldos iniciais do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações financeiras consolidadas de 1º de janeiro de 2011 que estão sendo apresentadas para fins comparativos e, consequentemente, não emitimos opinião sobre elas.

São Paulo,